

MESA DA ASSEMBLEIA

STF mantém Russi na presidência

Da redação

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter a eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que conduziu o deputado Max Russi (PSB) à presidência da Casa pelo próximo biênio (2025-26). Toffoli rejeitou o pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), que ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contestando o adiantamento da eleição da Mesa Diretora e pedindo sua anulação.

Ao analisar o caso, Toffoli concluiu que não houve irregularidades que justifiquem a anulação do pleito. O ministro ressaltou que a votação respeitou o princípio da razoabilidade e resultou na renovação de todos os cargos da Mesa Diretora, sem reeleição dos antigos membros, assegurando a legitimidade do processo.

"In casu, portanto, forçoso concluir que a presente ação direta de inconstitucionalidade

não comporta conhecimento, porquanto seu objeto foi tacitamente revogado por legislação superveniente, não impugnada pelo requerente", diz trecho da decisão.

Na ação ajuizada em outubro, a PGT alegava que a Constituição Estadual (CE) de Mato Grosso deve seguir a Constituição Federal (CF) em relação à data para eleição da Mesa Diretora do Poder Legislativo, ou seja, a partir do mês de outubro.

Acontece que a PGR indicou que a CE estipulava a eleição em setembro, mas esse dispositivo foi modificado para antecipar o pleito para o mês de agosto. A alteração foi feita em comum acordo entre os deputados, para garantir a participação de todos no pleito, devido às eleições municipais que seriam realizadas em outubro.

Instada a se manifestar, a Advocacia-Geral da União (AGU) apontou erros crassos da PGR na petição inicial, mas ainda deu apoio ao pedido de anulação da eleição.

"Diante das deficiências do âmbito de impugnação eleito pelo requerente, bem como das consequências negativas que isso pode gerar para a utilidade da própria ação de fiscalização concentrada de constitucionalidade, a presente ação direta não comporta conhecimento, à míngua da comprovação de interesse de agir", citou a AGU.

Apesar de mencionar o erro, o órgão destacou que a data do pleito é essencial para o princípio democrático e não pode ser muito distante da posse dos eleitos. Isso porque essa nova diretoria deve refletir o cenário político vigente no momento da eleição.

Além disso, a AGU destacou que o princípio democrático valoriza a alternância de poder e o pluralismo político, elementos que podem ser comprometidos caso o intervalo entre a eleição e a posse seja excessivo.

"Assim, estando eventual legislação em sentido contrário, isto é, prevendo que a eleição ocorra em período ante-



Gilberto Leite

rior ao mês de outubro, é possível concluir que não estará atendido o critério da contemporaneidade", citou.

QUEDA DE BRAÇO - O último pleito foi marcado por uma queda de braço na disputa pela primeira-secreta-

ria. Hoje primeira-vice-presidente, a deputada Janaina Riva (MDB) tinha o compromisso de seus pares de que seria a primeira-secretária da próxima Mesa.

Porém, a parlamentar viu seu projeto político desmoronar após a

interferência do Palácio Paiaguás, que indicou seu próprio candidato ao cargo, o deputado Beto Dois a Um (União Brasil). Após semanas de desgastes, os dois lados recuaram e fecharam entendimento em torno de Dr. João.

APRESENTADO ÀS TROPAS

Cel. Fernando assume comando da PM

Da redação

O coronel Cláudio Fernando Carneiro Tinoco tomou posse como o novo comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, em uma solenidade realizada na manhã de sexta-feira, 29 de novembro. Cláudio sucede o coronel Alexandre Corrêa Mendes, que foi destituído do cargo pelo governador Mauro Mendes (União) e aposentado compulsoriamente na última terça-feira, 26.

Vídeos registrados pela reportagem do Estadão Mato Grosso mostram o momento em que o novo comandante-geral faz o juramento ao governador Mauro Mendes (União) antes de receber a faixa, assumindo oficialmente o cargo de comandante-geral. Ao lado do coronel Fernando, o coronel Mendes acompanhou tudo e parabenizou seu colega de farda ao fim do juramento. Logo depois, Fernando foi apresentado às tropas da Polícia Militar.

Em discurso, o governador agradeceu o agora aposentado coronel Mendes e exigiu foco "absoluto e exclusivo" do novo comandante na Polícia Militar.

"Temos, hoje, um robusto programa de tolerância zero ao crime e aos criminosos em Mato Grosso, e para que ele possa ser exitoso, precisamos contar com a colaboração de todos. Tenho a absoluta convicção que o senhor, coronel Fernando, com histó-



Soldado Elias/PMMT

ria, trajetória e lealdade, saberá ter foco absoluto e exclusivo na nossa Polícia Militar, ajudando a melhorar cada vez mais, o nosso Estado. Que Deus abençoe o senhor, pela sua condução nos próximos anos nesta condição de comandante-geral", ressaltou o governador.

O novo comandante-geral da PMMT, coronel Cláudio Fernando Carneiro Tinoco, agradeceu ao governador Mauro Mendes pela oportunidade de estar à frente da instituição e enalteceu os importantes avanços por parte do Governo do Estado à Segurança Pública, como entrega de novas viaturas, armamentos de última geração e equipamentos de segurança para o combate às facções criminosas.

"Fico muito honrado de ser convidado pelo governador Mauro Mendes nesta missão, após 26 anos de muita dedicação e esforços na Polícia Militar em todo o Estado. Estaremos ainda mais empenhados no combate às organizações criminosas, principalmente, após a criação do Programa Tolerância Zero ao Crime Organizado. Graças aos investimentos do Governo, nossos militares estão cada vez mais bem preparados e equipados para garantia da ordem pública e dar uma pronta resposta à população mato-grossense", declarou coronel Fernando.

Na oportunidade, o coronel Fernando também anunciou o novo comandante-geral adjunto da PMMT, função que passa a ser exerci-

da pelo também coronel André Wilian Dorileo.

CURRÍCULO - O coronel Fernando Tinoco tem 47 anos de idade e 26 anos de serviços prestados na Polícia Militar. O novo comandante-geral é bacharel em Administração, pela União de Ensino Superior de Nova Mutum e em Direito, pela Universidade de São Paulo - UNICID. Também é especialista em Gestão de Segurança Pública pela Unemat.

Dentro da Polícia Militar, foi comandante do 26º Batalhão de PM e do 14º Comando Regional da Polícia Militar de Mato Grosso, ambos em Nova Mutum. Ao ingressar no comando-geral da PMMT, deixa a função de secretário adjunto de Integração Operacional da Secretaria de Segurança Pública (Sesp-MT).

"Não consegui apoio nem para mim", diz Chico

Da redação

"Não consegui apoio nem para mim!". Foi assim que reagiu o presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Chico 2000 (PL), ao ser questionado sobre conquistar votos para o vereador Jeferson Siqueira (PSD), que irá disputar a presidência da Câmara. Chico fez a declaração na quinta-feira, 28 de novembro.

Ao anunciar que o atual presidente tinha aderido à sua candidatura, Jeferson falou que esperava que, com o capital político de Chico 2000, saltaria de 11 votos contabilizados e bateria a meta de 14, número necessário para assegurar o comando da Casa. Porém, essa tese é descartada por Chico.

"Eu não consegui apoio nem para mim, quanto mais para qualquer outro vereador. Isso é um trabalho individual do candidato. Eu espero que o Jeferson saiba fazer essa construção e, se for vontade da maioria, será o presidente desta Casa", disse.

Chico abriu mão da disputa à reeleição após ser preterido por membros de seu próprio partido. O prefeito eleito Abílio Brunini (PL) indicou a vereadora eleita Paula Calil (PL) para encabeçar uma chapa, sem conversar com o atual presidente.

Se vendo isolado no partido e acumulando mágoas com correligionários, Chico declarou apoio à candidatura de Jeferson, levando em consideração a aproximação com o colega de

parlamento e por se tratar de um 'veterano', já que Chico tem resistência em votar em novatos para comandar a Casa de Leis.

CARGO RECUSADO - Jeferson anunciou o apoio de Chico na última semana, argumentando que tem proximidade com o atual presidente e que agora "é sua vez" de comandar a Casa. O apoio oficializa o rompimento de Chico com o grupo de vereadores aliados ao prefeito eleito Abílio Brunini (PL).

Siqueira também revelou que ofereceu um cargo na Mesa para Chico, mas seu novo apoiador não quis ocupar nenhuma vaga.

"A princípio ele não irá compor a Mesa. Nossa Mesa tem duas mulheres e três homens, a princípio ele não quis compor a Mesa. Até fiz o convite para ele. Mas ele falou: 'não, agora é sua vez'. Ele me chamava de assessor especial dele, quando ele assumiu a presidência. A gente tem uma parceria muito bacana. Não dá para falar para o Chico que ele será meu assessor, ele é nosso professor", disse Jeferson na ocasião.

Até o momento, Jeferson é o único que mantém sua candidatura à presidência, inclusive definindo o time que irá compor as cadeiras. O PL tanta viabilizar Paula Calil em torno de uma chapa composta por mulheres. Porém, a novata enfrenta resistência até mesmo entre seus aliados. A vereadora Maysa Leão (Republicanos), por exemplo, tenta aglutinar um grupo com cinco membros.

EDITORIAL

Retrocesso vacinal

Entre as consequências mais graves da pandemia de covid-19, a vacinação infantil contra doenças já conhecidas - como meningite, coqueluche e sarampo - registrou o pior dos retrocessos. Levantamento realizado com base nos dados do Ministério da Saúde apontou que a vacinação infantil atingiu o menor patamar em três décadas, abrindo margem para o retorno de doenças que já não faziam mais parte do cotidiano dos brasileiros, como a poliomielite.

Esse retrocesso já vinha acontecendo silenciosamente desde

2016. A pentavalente - que protege contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e bactéria *Haemophilus* - tinha cobertura de 96% em 2013, que caiu para 84% em 2017 e atingiu 68% em 2021. A tríplice viral, que protege contra o sarampo, rubéola e caxumba, caiu de 107% de cobertura vacinal em 2013 para 86% em 2017 e chegou a 71% em 2021. Não é de se espantar que Roraima tenha vivido um surto dessa doença em 2018.

Outro conhecido como um exemplo na imunização infantil, o Brasil corre o risco de ver

a ressurgência de doenças que já haviam sido esquecidas. Para alguns especialistas, é um problema decorrente do próprio sucesso do programa de imunização, já que a prevenção dessas doenças graves faz a população esquecer que elas existiam e, assim, passa a negar os benefícios da vacinação.

Mas também há um 'dedinho' estatal incentivando a queda na vacinação, por meio do corte de verbas destinadas à publicidade das campanhas de vacinação. Esses recursos vêm sendo cortados constantemente desde 2017, quando se investia R\$ 97 milhões ao ano para levar os brasileiros aos postos de vacinação. Desde então, caiu para

R\$ 86 milhões em 2018 e foi caindo até chegar ao patamar mínimo de R\$ 33 milhões em 2021, ano da pandemia. Justamente o ano da pior cobertura vacinal em 30 anos. Isso sem falar nas ações mais recentes que contestaram a necessidade de vacinar crianças contra a covid-19, levando país e responsáveis a contestar a vacinação como um todo.

Com a baixa vacinação, algumas regiões do Brasil já sofrem com surtos de doenças que eram consideradas sob controle. Além do surto de sarampo em Roraima, houve surto de febre amarela em nove estados entre 2016 e 2017, e de coqueluche, além de casos de difteria e doença me-

ningocócica. Essas doenças causavam internações constantes entre 1980 e 1990, mas foram aos poucos caindo no esquecimento devido ao avanço da vacinação.

Para recuperar a cobertura vacinal e retomar o patamar de imunização, será necessário um esforço hercúleo do governo. A comunicação deve exercer um papel primordial, relembrando à população dos danos que essas doenças causavam em décadas passadas, quando as vacinas não eram tão disponíveis. Também é preciso combater a ideologização das campanhas de vacinação. Não será fácil, mas nossas crianças merecem a chance de um futuro.

Viva Cristo Rei!

Dom Mário Antonio (*)

Celebramos neste dia 24 de novembro a Solenidade de Cristo Rei do Universo, momento que marca o encerramento do Ano Litúrgico e nos prepara para o Advento. Esta festa, de instituição relativamente recente na história da Igreja, foi estabelecida pelo Papa Pio XI em 1925, por meio da encíclica Quas Primas. A Solenidade de Cristo Rei proclama a realeza universal de Jesus Cristo sobre todas as coisas, tanto no céu como na terra.

Essa verdade sublime e irrefutável foi reafirmada em um contexto histórico de grandes desafios. No início do século XX, o mundo enfrentava transformações sociais e políticas avassaladoras. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) havia deixado cicatrizes profundas, enquanto governos e ideologias tentavam afastar a religião da vida pública. Movimentos como o comunismo, o fascismo e o secularismo cresciam, muitas vezes em oposição direta à autoridade moral da Igreja e ao papel de Cristo na sociedade.

Diante desse cenário, o Papa Pio XI proclamou a soberania de Jesus Cristo sobre todas as dimensões da vida: pessoal, social, política e econômica.

A festa litúrgica, hoje celebrada em unidade com o mundo inteiro, é um poderoso lembrete de que Cristo não é apenas Rei dos céus, mas também da terra, e que sua autoridade transcende todas as fronteiras e sistemas humanos.

A figura de Cristo Rei nos remete ao Alfa e ao Omega, o princípio e o fim de todas as coisas. Ele é o pastor supremo que guia seu rebanho com ternura e compaixão, mas também o juiz justo que nos chama à conversão. Sua coroa não é feita de ouro, mas de espinhos, simbolizando o sacrifício supremo por amor à humanidade. Esse reinado, longe das lógicas do poder terreno, fundamenta-se no amor, na humildade e no serviço.

Reconhecer Cristo como Rei é aceitar seu senhorio em nossas vidas. É permitir que Ele reine em nossos corações, transformando nossas ações e atitudes. A realeza de Cristo

manifesta-se no serviço aos mais necessitados, na promoção da justiça e na busca incessante pela paz. Ele nos chama a sermos seus embaixadores, levando sua mensagem de amor e redenção a todos os cantos do mundo. Esta solenidade também nos lembra que o Reino de Deus está próximo e que somos convidados a fazer parte dele.

Com a Solenidade de Cristo Rei, encerramos o Tempo Comum proclamando que Jesus Cristo é Senhor, e entramos no Advento, um período de expectativa e esperança. Somos chamados a nos preparar para a chegada do Senhor, tanto no Natal quanto em sua segunda vinda. É um convite à vigilância, à oração e à renovação interior.

Com espírito de gratidão e reconhecimento, parabéns aos fiéis pelo Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas, como disse Jesus: Vós sois o sal da terra e luz do mundo. (cf. Mt 5, 13-14).

Neste espírito de renovação e compromisso com a fé, a Arquidiocese de Cuiabá tem a alegria de anunciar o lançamento de seu novo

site oficial nesta data tão especial. O portal, moderno e reformulado, oferece informações sobre as paróquias, calendário litúrgico, documentos pastorais e reflexões espirituais como esta, auxiliando os fiéis a aprofundarem sua vivência cristã.

Este novo endereço eletrônico foi criado para conectar a comunidade à vida da Igreja e proporcionar acesso a conteúdos atualizados sobre eventos, notícias e orientações espirituais. Convidamos todos a visitarem o site regularmente, explorando suas diversas ferramentas que certamente enriquecerão sua jornada de fé e comunhão.

Que a paz de Cristo, o Rei do Universo, esteja sempre com vocês. Inspirando na busca da verdade, na prática da justiça e no semeio da paz.

*DOM MÁRIO ANTONIO é arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Cuiabá



Cuidando do quintal do vizinho

Coronel Fernanda (*)

É curioso observar a hipocrisia de alguns países europeus que, enquanto fecham suas fronteiras para produtos brasileiros, como a carne, ousam ditar regras para o manejo ambiental em nosso país. A ironia é gritante: essas nações, que destruíram suas florestas nativas há séculos, agora tentam impor barreiras ao Brasil, que detém uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo — o nosso Código Florestal.

Não há floresta nativa na Europa. O que resta são áreas replantadas, artificiais, resultado de reflorestamentos tardios. O Rio Sena, um dos símbolos do Velho Mundo, é também um dos cursos d'água mais poluídos do planeta. Mesmo assim, a União Europeia se arvora em "cuidar do quintal alheio", enquanto ignora as profundas inconsistências em seu próprio território.

Nos últimos meses, vimos uma série de episódios que expõem a real intenção de algumas nações e empresas europeias quando o assunto é meio ambiente. Sob o pretexto de "preservação ambiental", elas vêm impondo barreiras comerciais ao Brasil, um país que já é referência mundial em sustentabilidade. Essa estratégia, que muitos chamam de pro-

tecionismo verde, busca disfarçar interesses econômicos internos e prejudicar a competitividade de nossos produtos no mercado internacional.

A Moratória da Soja, por exemplo, é um reflexo claro disso. Criada em 2006, esse acordo, liderado por ONGs europeias, proíbe a comercialização de soja plantada em áreas desmatadas da Amazônia Legal após 2008. Apesar de o setor produtivo brasileiro ter demonstrado amplo comprometimento com essa medida, ela se transformou em uma ferramenta de pressão contínua, especialmente diante de novas exigências, como a recente legislação europeia que bloqueia o comércio de commodities cultivadas em áreas desmatadas depois de 2022.

A situação piora com declarações como a do CEO da Danone, que anunciou que sua empresa deixará de comprar soja brasileira em resposta à aprovação da lei estadual de Mato Grosso que suspende incentivos fiscais para empresas que aderem à moratória da soja. Essa decisão demonstra a postura intervencionista de grandes corporações europeias que preferem boicotar em vez de dialogar.

E não para por aí: o CEO do Carrefour declarou recentemente que sua empresa

deixará de comercializar carne do Mercosul. Uma ação que, além de ser um ataque direto à nossa produção, ignora os altos padrões de sustentabilidade que o Brasil adota em sua cadeia produtiva.

Esse conjunto de atitudes evidencia o verdadeiro objetivo dessas ações: proteger a economia interna europeia, barateando os preços das commodities brasileiras no mercado externo e desincentivando a competitividade de nossos produtores. Enquanto isso, a Europa, que destruiu suas florestas nativas, poluiu rios e agora depende de reflorestamentos artificiais, tenta nos impor regras que não aplica a si mesma.

É nesse contexto que apresentei o Projeto de Lei 3838/2024, que exige que produtos e serviços provenientes exclusivamente da União Europeia compensem sua pegada de carbono no Brasil por meio da Cédula de Produto Rural Verde (CPR Verde). Se eles querem impor barreiras ao Brasil sob o argumento de sustentabilidade, que também sejam cobrados por suas emissões históricas.

O Brasil possui um Código Florestal robusto e uma legislação ambiental que é referência mundial. Mantemos nossas florestas em pé, protegemos nossas áreas de

preservação e ainda assim somos líderes em produção agrícola e pecuária. Não aceitaremos que a Europa, com sua histórica degradação ambiental, tente transformar suas falhas em nosso problema.

Esse protecionismo verde é mais uma tentativa de interferir em nossa soberania e manipular o comércio internacional em benefício próprio. Enquanto estiver no Congresso Nacional, não permitirei que essas ações passem despercebidas. Lutarei para garantir que o Brasil continue sendo um gigante na produção de alimentos, preservando nossas riquezas naturais e protegendo nossos produtores contra ingerências externas injustas.

A Europa deveria se preocupar em cuidar do próprio quintal antes de tentar ditar regras no nosso. Nosso compromisso com a preservação e a produção sustentável é real e transparente. O deles, infelizmente, parece ser apenas retórico.

*CORONEL FERNANDA é deputada federal e líder da bancada no Congresso Nacional.



Qualidades de um líder

Francisney Liberato (*)

Quanto maior for o desejo de entender e aprender novas habilidades, melhores resultados terão os líderes.

Antigamente, com a Revolução Industrial, a figura de um líder era similar à de um fiscal de pessoas, o qual controlava exacerbadamente os horários, atividades de cada servidor, contudo, na modernidade, o líder deve ter um olhar mais criativo e explorar melhor a era do conhecimento.

Todos os líderes devem entender que a sua função é para liderar pessoas e não objetos ou máquinas. As pessoas têm sentimentos e sensações, oscilações de pensamentos emocionais, problemas pessoais os quais não podem ser desprezados pelos líderes.

Quanto mais desenvolvermos a inteligência emocional, a empatia, um bom relacionamento com os liderados e demonstrarmos uma figura de quem está para colaborar com

todos, com certeza, teremos líderes que guiam os servidores da organização ao atingimento de excelentes resultados.

A liderança no mundo atual deve entender o processo, como confiar, ser responsável, ter respeito, além de se dedicar, pois almeja um objetivo em comum e único. Ele é democrático, está à disposição dos seus colaboradores, incentiva a agir e a ter coragem, motiva, apresenta técnicas e metas adequadas, enfim, convence para gerar resultados.

Algumas qualidades indispensáveis para os líderes:

Comprometimento: sem dúvida alguma, não adianta ter todos os títulos e diplomas possíveis se o líder não é comprometido com os propósitos da entidade. Ele deve dar o seu melhor todos os dias, conforme as palavras do dramaturgo Johann Schiller: "Aquele que deu o melhor de si para sua própria época viveu para todas as épocas". A sua convicção demonstrada pelo comprometimento

resultará em muitos seguidores. Anuncie e publique o planejamento, para que haja maior comprometimento da parte dos líderes e dos liderados.

No tocante ao comprometimento, o livro "As 21 indispensáveis qualidades de um líder" apresenta alguns tipos de pessoas: "1. Evasivas - pessoas que não têm nenhum objetivo e não se comprometem com nada. 2. Reticentes - pessoas que não sabem se podem alcançar seus objetivos e, por isso, têm medo de se comprometer. 3. Desistentes - pessoas que partem em direção ao objetivo, mas desistem quando a caminhada se torna difícil. 4. Totalizadoras - pessoas que definem os objetivos se comprometem com eles e pagam o preço para alcançá-los. Que tipo de pessoa você é? Tem atingido suas metas? Alcançou tudo que acredita ser capaz de atingir?"

Comunicação: é a forma de enviar a mensagem de forma simples, clara, direta, objetiva para que haja maior interação e ação por parte dos interlocutores. Pergunte ao ouvinte se entendeu a mensagem. Dê feedback. Saiba ouvir ativamente. Apresente uma mensagem verdadeira e transparente.

No livro supracitado, é apresentado o seguinte exemplo de mensagem adequada: "Em 7 de abril de 1865, o presidente Abraham Lincoln tomou uma decisão difícil e precisava comunicá-la ao seu general de campo. Sobre essa decisão estavam todas as suas esperanças e todo o peso de sua liderança como presidente. Usando toda a sua habilidade de comunicador, ele escreveu a seguinte mensagem: "General Grant, O Gen. Sheridan diz: 'Se as coisas ficarem mais difíceis, creio que Lee se renderá. Torne as coisas mais difíceis'. A. Lincoln".

Inteligência emocional: é formada por cinco características: autoconhecimento, autocontrole, automotivação, empatia e relacionamento interpessoal. Você líder deve desenvolver e aplicar a inteligência emocional na sua organização.

Competência: o líder deve ser o indivíduo que tem as qualidades necessárias e uma competência primorosa para conseguir conduzir os seus liderados ao resultado. A

amizade ou o interesse pessoal de alguns não pode ser condicionantes na escolha de um líder. Aja, aprimore, estude, pesquise, compartilhe, faça mais do que o esperado e inspire pessoas.

Flexibilidade: é a capacidade de saber se adaptar a qualquer circunstância de forma eficiente e rápida. Instabilidades e mudanças ocorrem cotidianamente nas organizações, por isso é necessário que os líderes e os liderados tenham essa habilidade.

Planejamento: entendo que o planejamento é uma atitude básica para qualquer tipo de liderança. É importante que haja compreensão, entendimento e coerência do planejamento, e mais: a participação de todos os envolvidos na sua construção. Disseminar o conhecimento do planejamento e a busca incessante pelos resultados é tarefa de todos, sobretudo da liderança.

Resultados: não adianta investir tempo, treinamento, dinheiro, com os membros da organização se não houver resultados. O líder deve estimular a cultura do resultado democrático permanente e crescente para a organização. Independentemente das diferenças pontuais de cada colaborador, o resultado deve ser um ponto de felicidade para todos da organização.

Liderar é um propósito, é uma missão, para aquele que deseja escrever o seu nome na história. O líder deve desenvolver as qualidades supramencionadas e outras também relevantes para o sucesso da sua organização. O mundo sempre está mudando e o líder deve estar atento e receptivo às mudanças.

*FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor. Palestrante e Professor há mais de 23 anos. Coach e Mentor. Mestre em Educação. Doutor Honoris Causa. Graduado em Administração, Ciências Contábeis (CRC-MT), Direito (OAB-MT) e Economia. Membro da Academia Mundial de Letras.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

R\$ 6,9 BI EM INVESTIMENTOS

Presidente da Câmara questiona legalidade de cassar mandato de Paulo Henrique durante o afastamento do cargo, determinado pela Justiça

TCE libera programa de concessões

Gabriel Soares

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) autorizou oficialmente na terça-feira, 26 de novembro, o lançamento de seis editais de licitação para a concessão de 2.100 km de rodovias estaduais à iniciativa privada. O programa, que integra o planejamento rodoviário 2023/2026, prevê um impacto direto na vida de 1,5 milhão de pessoas e investimentos superiores a R\$ 6,9 bilhões na primeira fase.

O anúncio foi feito pelo presidente do TCE-MT, conselheiro Sérgio Ricardo, em evento que reuniu representantes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT), prefeitos de 49 municípios e outras autoridades.

“Essas concessões trarão mais eficiência para a administração pública e permitirão ao estado focar na construção de novas estradas. Após um ano de análises técnicas e dis-

cussões, o Tribunal dá o aval para o lançamento dos editais, garantindo segurança jurídica ao processo”, afirmou Sérgio Ricardo.

Com as concessões das rodovias MT-020, MT-170, MT-140 e MT-010, Mato Grosso se tornará o segundo estado brasileiro com maior número de estradas administradas pela iniciativa privada, atrás apenas de São Paulo. Ao final do programa, o estado terá um total de 4 mil km de rodovias concedidas.

Nos próximos 30 anos, estão previstos R\$ 9 bilhões em despesas operacionais e receitas estimadas em R\$ 30 bilhões. As tarifas de pedágio foram fixadas em R\$ 12 por praça, valor considerado competitivo para garantir acessibilidade e viabilidade econômica.

Além disso, o modelo de concessão prevê contrapartidas robustas, como a manutenção contínua das rodovias e a implantação de melhorias, incluindo duplicações e modernização

de trechos estratégicos para o transporte de grãos e mercadorias.

O secretário da Sinfra-MT, Marcelo de Oliveira, enfatizou a relevância das concessões para o futuro logístico do estado.

“O governo não pode construir e manter estradas sozinho. Por isso, as concessões são estratégicas e contam com o apoio do Tribunal de Contas para garantir transparência e eficiência”, disse.

O evento buscou promover transparência e aproximar os gestores municipais do programa de concessões. Prefeitos e vereadores puderam esclarecer dúvidas e conhecer os detalhes dos contratos, apresentados pela equipe técnica do TCE-MT e da Sinfra.

“Esse encontro foi uma oportunidade para fortalecer o diálogo entre o governo e os municípios, garantindo que os contratos atendam às demandas locais e sejam sustentáveis a longo prazo”, destacou Guilherme



Sérgio Ricardo afirma que concessões vão permitir ao Estado concentrar esforços na construção de estradas

Antonio Maluf, vice-presidente do TCE-MT.

A prefeita eleita de Várzea Grande, Flávia Moretti (PL), ressaltou a importância das concessões para sua cidade, um ponto estratégico de rodovias.

“Precisamos entender como essas concessões impactarão nossa infraestrutura e como poderemos nos beneficiar delas.”

Já o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios

(AMM), Leonardo Bortolin, apontou os ganhos para a economia local.

“Sem concessões, seria impossível alcançar a eficiência necessária para atender à crescente demanda logística de Mato Grosso.

PROGRAMA TOLERÂNCIA ZERO

AL aprova criação da Secretaria de Estado Justiça

Da redação

A proposta de criação da Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), enviada pelo Governo de Mato Grosso, foi aprovada em duas votações pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso na quarta-feira, 27 de

novembro, em regime de urgência. A medida faz parte do programa Tolerância Zero ao Crime Organizado, lançado pelo governador Mauro Mendes (União) na segunda, 25.

A Secretaria de Estado de Justiça vai ser chefiada pelo delega-

do Vitor Hugo Bruzulato Teixeira, que terá como secretário-adjunto o policial penal federal André Fernandes Ferreira.

Entre as atribuições da nova Pasta, caberá à Sejus gerir os Sistemas Penitenciário e Socioeducativo; planejar,

Divulgação



Vitor Hugo Bruzulato ocupa secretaria adjunta até a criação da Secretaria de Estado de Justiça

implementar e administrar as estratégias e os objetivos da política penitenciária e socioeducativo do Estado; administrar atividades penitenciárias e a política de atendimento às medidas socioeducativas; e administrar as políticas sobre drogas e de reinserção social.

Com a aprovação da proposta, o Projeto de Lei Complementar vai ser encaminhado para sanção do governador Mauro Mendes.

NOMEADO - Ainda na quarta-feira, o governador nomeou o delegado Vitor Hugo Bruzulato Teixeira como secretário-adjunto de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso (Sesp-MT). O delegado ficará na função enquanto a Secretaria de Estado de Justiça (Sejus) é criada, já que ainda falta a sanção do governador Mau-

ro Mendes para a criação da secretaria.

“Estou muito feliz e honrado por essa missão confiada a mim pelo governador do Estado. Uma missão muito importante, e nós vamos buscar construir uma gestão com muita responsabilidade, dedicação e comprometimento. Vamos atender os anseios da sociedade, que é ter a Segurança Pública como requisito inegociável”, destacou o delegado Vitor Bruzulato.

TOLERÂNCIA ZERO - O programa Tolerância Zero ao Crime Organizado visa reforçar as ações de combate ao crime organizado em Mato Grosso e é composto por um pacote de medidas integradas.

Confira algumas das medidas anunciadas:

Nomeação de 94 policiais civis, 55 policiais penais e 245 militares, entre policiais e bombeiros, para reforçar as

forças de segurança do Estado;

Criação do Comitê Integrado de Combate ao Crime Organizado, que terá como membros o governador Mauro Mendes e os responsáveis pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), Sejus, Polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, Politec, Gaeco, Ordem dos Advogados do Brasil-MT, Ministério Público do Estado, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública;

Criação das Coordenadorias de Combate ao Crime Organizado e de Recuperação de Ativos da Polícia Civil, que irão atuar no enfrentamento à lavagem de dinheiro e na recuperação de ativos para o Estado;

Criação de quatro delegacias especializadas no combate ao crime organizado, sendo em Cuiabá, Cáceres e Sinop (Draco/GCCO), e em Lucas do Rio Verde (Derf).

INQUÉRITO DO GOLPE

Cattani defende Bolsonaro: planejar não é crime

Da redação

O deputado estadual Gilberto Cattani (PL) saiu em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que foi indiciado pela Polícia Federal no inquérito que investiga uma tentativa de golpe de Estado no Brasil após a eleição presidencial de 2022. Em conversa com jornalistas na quinta-feira, 27 de novembro, o deputado disse que não há crime sem a prática e que a arquitetura do plano golpista é mera conversa de WhatsApp.

“Se houve arquitetura, não houve crime. O crime só acontece quando você pratica e não houve crime [...]

ninguém nega que houve conversa. Como você vai negar que não existiu conversa? Conversa existe em qualquer grupo de WhatsApp. Agora, nós vamos ser julgados por grupo de WhatsApp?” questionou o deputado.

Porém, a informação não procede. Os delitos relativos ao golpe de Estado foram incluídos no Código Penal pela lei nº 14.197/2021, que protege o Estado Democrático de Direito, aprovada em 2021 e assinada pelo próprio ex-presidente Jair Bolsonaro. Como o objetivo da regra é proteger o funcionamento das instituições democráticas, já criminalizam o próprio ato de plane-

jar um golpe de Estado, sem exigir que o plano se concretize para que a punição seja aplicada. O texto estabelece que é crime “tentar depor” e “tentar abolir o Estado Democrático de Direito”.

Isso acontece porque, se ocorre uma ruptura violenta, o Estado Democrático de Direito deixa de existir. Assim, as forças democráticas que foram derrotadas não teriam como promover a responsabilização dos infratores.

Ao todo, 37 pessoas - incluindo Bolsonaro e a cúpula de seu governo - foram indicadas sob suspeita dos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado

e organização criminosa. Documentos encontrados pela PF apontavam para um suposto plano para assassinar o presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin, recém-eleitos. Além disso, o texto traçava cenários de reação popular e de riscos, e continha uma lista de possíveis armamentos a serem utilizados para alvejar inclusive o ministro do STF.

Sobre o plano de matar Lula, Alckmin e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, Cattani falou que pode existir o desejo de matar alguém, mas que é preciso finalizar o assassinato para haja crime.

No caso do homicídio, de fato, não é possível punir apenas o planejamento.

“Houve uma arquitetura de tentativa de golpe, não era uma arquitetura de tentar matar três pessoas. Eu posso que-

rer matar uma pessoa, aí vou lá e falo: “tenho maior vontade de matar fulano”. Se eu não sair para cometer esse crime, não existe crime. Então não existe condenar uma pessoa se não existe crime”, disse.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia (fornecimento de mão de obra e materiais) para Ampliação da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes Sd PM Adriana Moraes Ramos, através de convênio com a SEDUC-MT nº1101-2017, no município de Lucas do Rio Verde - MT. Data: 08/01/2025. Entrega dos Envelopes: Das 07h30min até as 08:00 horas do dia 08/01/2025. Abertura dos Envelopes a partir das 08:00 horas do dia 08/01/2025. Edital Completo: Disponível no endereço: Avenida América do Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde/MT. CEP 78.455-000 Fone: (65) 3549-8300 e no Site www.lucasdoriorverde.mt.gov.br. Fundamento Legal: Lei Federal Nº 14133/21 e demais legislações complementares.

Lucas do Rio Verde-MT, 26 de Novembro de 2024.
Sirlei Amaro da Silva
Agente de Contratação



HMC

Isso é mudança nossa



Dá para ver a mudança nos quatro cantos da cidade, que agora tem mais estrutura, educação, saúde e qualidade de vida. Hoje, os cuiabanos vivem em uma nova Cuiabá, humanizada e preparada para continuar avançando.

Cuiabá tá
Isso é



que transforma
mudança nossa



CUIABÁ
PREFEITURA

ISENÇÃO DO IR

Governador critica 'pacote de bondades' anunciado pelo Governo Federal e cobra compensação por perdas na arrecadação do Estado

MT perderá R\$ 700 mi, diz Mauro

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) afirmou que Mato Grosso irá perder R\$ 700 milhões por ano com a proposta do Governo Federal de isentar o Imposto de Renda (IR) de quem recebe até R\$ 5 mil. Em conversa com jornalistas, Mauro afirmou que a proposta apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não trata de corte de gastos, mas sim de receitas.

“Um mês falando que iria cortar gastos... reuniões e mais reuniões para cortar gastos e o primeiro anúncio que fez foi o corte de receita, inclusive do Estado de Mato Grosso. Aquela mudança na faixa do Imposto de Renda, Mato Grosso vai perder R\$ 700 milhões por ano, quando implantar. Acabei de receber essa informação lá da Secretaria de Fazenda”, disse.

Mauro disse que conversou com outros governadores e que a proposta não foi bem aceita,



Mauro diz que conversou com outros governadores e que proposta de isenção do IR não foi bem recebida

já que mexe na caixa dos Estados. O Governo Federal não disse como irá compensar os municípios que atualmente são beneficiados com o Imposto de Renda.

“Quando ele faz essa bondade, ele es-

tará afetando, na sua implementação, receitas de municípios brasileiros e todas as 27 unidades da federação, além do próprio Governo Federal [...] quero saber como o Governo Federal vai compensar

o Estado de Mato Grosso. Essa é conversa ouvida de todos os governadores. Se ele está mexendo na nossa receita, ele tem que compensar. Como, se ele também vai perder?”, questionou Mendes.

Segundo o projeto, quem ganha de R\$ 5 mil a R\$ 6.980 também será beneficiado, pagando menos. A medida ainda precisa ser aprovada pelos parlamentares e será discutida em 2025, para que entre em vigor em 2026. Se o projeto seguir como o planejado, deve isentar 36 milhões de contribuintes do IR, segundo a Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco).

Para compensar a queda na arrecadação, o governo federal quer criar um imposto mínimo para quem tem renda acima de R\$ 600 mil por ano, ou R\$ 50 mil por mês. Entram na conta, salário, dividendos, juros sobre capital próprio, aluguéis e outras fontes de renda.

PROIBIÇÃO DE BETS

O governador também afirmou que apoia a proibição dos jogos de aposta online, as famosas bets. Ele defende que, caso o governo não torne as apostas ilegais, deve, no mínimo, cobrar impostos.

“Olha, primeiro eu acho assim: Elas vão ser proibidas? Se for proibido, eu até concordo. Agora, se for para existir, como está existindo aí no Brasil inteiro, tem que pagar imposto. Porque eu pago imposto, você paga imposto, todos nós aqui pagamos imposto”, afirmou.

Mendes ainda disse que um jogo que começa como lazer gera vícios aos usuários, os levando à falência.

“Então, não é possível que na cara de todo mundo alguém ganhe tanto dinheiro que delapide patrimônio de muita gente que não deveria, mas por uma questão de esporte, de lazer, de depois ver um vício, toma o dinheiro dessas pessoas e não paga imposto”, disse.

Nos últimos meses diversas casas de aposta foram banidas do Brasil por não serem sediadas no país. E para isso, o Governo Federal publicou uma portaria com diversas regras para regular as bets.

CÂMARA DE CUIABÁ

Michelly Alencar diz prefere novata na presidência

Da redação

A vereadora Michelly Alencar (União) afirmou que mudou de ideia e agora prefere uma novata com candidata à presidência da Câmara Municipal de Cuiabá. Michelly abriu mão de sua candidatura para apoiar a vereadora eleita Paula Calil (PL), estreante na vida pública. A declaração foi feita pela própria vereadora nesta quinta-feira, 28 de novembro.

Michelly anunciou desistência alegando que precisava fortalecer as mulheres, que serão oito na Câmara a partir de 2025. Ela disse que “foi difícil” o início do seu mandato na Casa.

“Eu quero ser essa intermediadora entre quem está chegando e quem está aqui. Inicialmente tinha partido de mim, eu não queria uma pessoa novata no comando da Casa, mas

eu mudei de opinião”, disse.

Michelly é a segunda a desistir da disputa a presidência da Casa. O atual presidente Chico 2000 (PL) recuou de disputar a reeleição, mas não apoiará sua correligionária, como protesto ao prefeito eleito Abilio Brunini, do mesmo partido. Foi ele quem indicou a novata Paula Calil para o cargo de presidente da Casa.

OPOSIÇÃO - Enquanto Michelly aposta em uma novata, o atual presidente da Câmara, Chico 2000 (PL), afirmou que não apoiará sua colega de partido justamente pela ‘falta de experiência’. Chico desistiu de disputar a reeleição e declarou que votará no vereador Jefferson Siqueira (PSD) na eleição da Mesa Diretora.

“Existem hoje duas candidaturas postas, uma de uma vereadora que vai exercer o seu

primeiro mandato, e que não é com relação à vereadora, eu nem a conheço ao ponto de poder julgá-la, mas em razão de ser novata, não ter vivência nessa Casa. O outro é um vereador mais antigo que está concluindo o seu primeiro mandato e vai para um segundo mandato. Sob essa ótica, é natural que eu tenha o lado, em razão de que eu deixei muito claro o meu posicionamento, de estar do lado de um vereador que tenha mais vivência nesta Casa”, afirmou.

Durante a explicação, Chico lembrou que a Câmara já teve quatro gestões com vereadores de primeiro mandato e nenhuma delas foi bem-sucedida, por falta de experiência. Ele inclusive afirmou que as gestões fizeram com que a Casa fosse “mal vista” por muitos.

Além de anunciar o apoio do vereador Chico,



Michelly desistiu de disputar a presidência alegando que precisava fortalecer as mulheres, que serão oito na Câmara

na última semana Jefferson também ofereceu uma vaga na Mesa Diretora para o presidente, mas 2000 negou.

“Não, na verdade a composição da Mesa

ela deve ser feita em conjunto com o grupo que está apoiando o presidente. Eu entendo que, como presidente, eu já cumpro a minha missão aqui nesta Casa,

eu deixo aberta a oportunidade para que outros possam integrar a mesa e ajudar na condução, ajudar o presidente na condução”, explicou.

INQUÉRITO DO GOLPE

Cattani defende Bolsonaro: planejar não é crime

Da redação

O deputado estadual Gilberto Cattani (PL) saiu em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que foi indiciado pela Polícia Federal no inquérito que investiga uma tentativa de golpe de Estado no Brasil após a eleição presidencial de 2022. Em conversa com jornalistas na quinta-feira, 27 de novembro, o deputado disse que não há crime sem a prática e que a arquitetura do plano golpista é mera conversa de WhatsApp.

“Se houve arquitetura, não houve crime. O crime só aconte-

ce quando você pratica e não houve crime [...] ninguém nega que houve conversa. Como você vai negar que não existiu conversa? Conversa existe em qualquer grupo de WhatsApp. Agora, nós vamos ser julgados por grupo de WhatsApp?”, questionou o deputado.

Porém, a informação não procede. Os delitos relativos ao golpe de Estado foram incluídos no Código Penal pela lei nº 14.197/2021, que protege o Estado Democrático de Direito, aprovada em 2021 e assinada pelo próprio ex-presidente Jair Bolsonaro. Como o objetivo da regra é

proteger o funcionamento das instituições democráticas, já criminalizam o próprio ato de planejar um golpe de Estado, sem exigir que o plano se concretize para que a punição seja aplicada. O texto estabelece que é crime “tentar depor” e “tentar abolir o Estado Democrático de Direito”.

Isso acontece porque, se ocorre uma ruptura violenta, o Estado Democrático de Direito deixa de existir. Assim, as forças democráticas que foram derrotadas não teriam como promover a responsabilização dos infratores.

Ao todo, 37 pessoas - incluindo Bolsonaro e a cúpula de seu governo - foram indiciadas sob suspeita dos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa. Documentos encontrados pela PF apontavam para um suposto plano para assassinar o presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin, recém-eleitos. Além disso, o texto traçava cenários de reação popular e de riscos, e continha uma lista de possíveis armamentos a serem utilizados para alvejar inclusive o ministro do STF.

Sobre o plano de matar Lula, Alckmin e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, Cattani falou que pode existir o desejo de matar alguém, mas que é preciso finalizar o assassinato para haja crime. No caso do homicídio, de fato, não é possível punir apenas o planejamento.

“Houve uma arquitetura de tentativa de golpe, não era uma arquitetura de tentar matar três pessoas. Eu posso querer matar uma pessoa, aí vou lá e falo: “tenho maior vontade de matar fulano”. Se eu não sair para cometer esse

crime, não existe crime. Então não existe condenar uma pessoa se não existe crime”, disse.

A Polícia Federal finalizou as investigações afirmando que, apesar dos atos para implementação, o golpe de Estado não ocorreu porque o alto comando das Forças Armadas não aderiu ao movimento golpista.



OTIMISMO ECONÔMICO

Confiança crescente na economia e na situação do emprego atual faz índice de Intenção de Consumo atingir o maior patamar em 9 anos

Intenção de consumo dispara em MT

Gabriel Soares

A disposição para consumir segue crescendo entre os cuiabanos, com o índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) atingindo 118,3 pontos em novembro, o maior nível desde 2015. Este é o sexto aumento consecutivo, conforme a pesquisa mensal da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgada pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio-MT (IPF-MT). O índice subiu 1 ponto em relação a outubro e está 13,42% acima do registrado em novembro de 2023.

A última vez em que o índice atingiu pontuação maior foi em março de 2015, quando a pesquisa somava 118,8 pontos. Segundo José Wenceslau de Souza Júnior, presidente da Fecomércio-MT, o avanço na intenção de consumo reflete um cenário de otimismo econômico. O índice aponta para um impulso no

consumo, favorecendo o setor de comércio e serviços em todo o estado.

“Na avaliação dos últimos doze meses, o índice atual recebe destaque com a maior pontuação vista desde 2015, apontando para um cenário de consumo impulsionador, o que favorece diversas atividades do comércio e serviços na capital e estado”, destacou.

A pesquisa também revelou uma melhora significativa na segurança dos entrevistados em relação ao emprego. O IPF fez uma comparação com 2015, última vez em que o índice esteve tão elevado. Àquela época, 50,2% dos entrevistados relataram se sentir seguros quanto à situação profissional. Atualmente, esse percentual está em 55,8%. Ao mesmo tempo, o desemprego entre os respondentes caiu de 11,9% para 4,5% no mesmo período.

Já no comparativo mensal, a pes-



Gilberto Leite

Pesquisa aponta que famílias estão mais confiantes na economia e, por isso, têm mais intenção de consumir

quisa aponta que os itens Compra a Prazo (+7,2%), Nível de Consumo Atual (+2,9%) e Perspectiva Profissional (+2,5%) tiveram as maiores altas. Por ou-

tro lado, índices como Renda Atual (-2,1%), Perspectiva de Consumo (-1,7%) e Momento para Duráveis (-1,6%) apresentaram leves quedas.

Mesmo com a redução em alguns índices, 56,5% dos entrevistados consideram sua renda atual melhor em comparação ao ano passado, enquanto 26,4%

apontaram estabilidade. Apenas 16,8% avaliam a situação financeira como pior.

CUIABÁ SUPERA A MÉDIA NACIONAL - A capital mato-grossense apresentou um desempenho superior ao nacional. Enquanto Cuiabá avançou, o índice nacional permaneceu estável em 103,2 pontos na comparação mensal e 1,62% abaixo do registrado em novembro de 2023.

Com um cenário de maior confiança no mercado de trabalho e uma disposição crescente para o consumo, o setor de comércio e serviços projeta um final de ano promissor.

“A capital mato-grossense obteve uma melhora mais expressiva em relação ao nível nacional, indicando que a população cuiabana mostra uma tendência maior para o consumo neste período do ano, beneficiando a atividade comercial da região”, concluiu Wenceslau.

DEFESA DO CONSUMIDOR

Promessa quebrada na energia solar

Gabriel Soares

O Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso (Ipem-MT) identificou irregularidades na potência declarada de placas solares comercializadas no Estado, em uma ação inédita no Brasil. Após denúncia anônima, o instituto testou amostras de diferentes marcas de módulos fotovoltaicos, enviadas para análise em laboratório no Rio de Janeiro.

Um dos modelos avaliados, o TSun 560 W, foi reprovado por apresentar potência significativamente inferior à anunciada pelo fabricante, gerando prejuízo direto ao consumidor. Esta é a primeira autuação do país envolvendo

divergências entre a potência declarada e a efetivamente entregue por placas solares.

O coordenador de Fiscalização e Qualidade do Ipem-MT, Renê Rodrigues, destacou que a fiscalização busca garantir a qualidade dos produtos e proteger tanto os consumidores quanto as empresas que seguem as normas do mercado de energia solar.

“Mais do que proteger o consumidor, esta ação beneficia empresas que cumprem as normas, impedindo que outras obtenham vantagens econômicas ao comercializar produtos fora dos padrões exigidos”, explicou Rodrigues.

Além de Mato Grosso, a operação abrange os

estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás, onde a conformidade das placas solares comercializadas também está sendo verificada.

REGULAMENTAÇÃO E PENALIDADES - Desde a publicação da Portaria Inmetro nº 140/2021, os equipamentos fotovoltaicos precisam atender ao Regulamento Técnico da Qualidade, que inclui a obrigatoriedade de possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), fornecendo informações sobre potência e eficiência.

Em 2023, o Inmetro reforçou as regras por meio da Portaria nº 515, adicionando critérios de segurança para prevenir incêndios e assegurar o funcionamento correto dos equipamentos.

O revendedor da placa reprovada foi notificado e terá prazo para apresentar defesa. Em caso de descumprimento das normas, as penalidades podem incluir multas e retirada do produto do mercado.

COMO SE PREVENIR - A energia solar tem se consolidado como alternativa sustentável e econômica no Brasil. Contudo, o Ipem-MT alerta para a necessidade de cautela na escolha dos equipamentos.

“É fundamental verificar se os módulos fotovoltaicos possuem certificação do Inmetro e atendem aos padrões estabelecidos, garantindo segurança e eficiência para os consumidores”, reforçou Renê Rodrigues.

DESCONTOS DE 95%

Mutirão Fiscal foi prorrogado até dia 13

Da redação

A Prefeitura de Cuiabá, por meio da Procuradoria Geral do Município (PGM), estendeu o prazo para adesão ao Mutirão Fiscal até o dia 13 de dezembro de 2024. A prorrogação foi oficializada pelo Decreto nº 10.667, publicado na edição suplementar 999 da Gazeta Municipal de terça-feira (26).

Os interessados podem aderir ao programa de forma virtual, por meio do Portal de Serviços da Prefeitura (www.cuiaba.mt.gov.br) ou do Portal REFIS Online (www.refis.cuiaba.mt.gov.br). Também há atendimento presencial disponível no posto da Procuradoria Fiscal, onde os acordos podem

ser formalizados entre os dias 27 de novembro e 13 de dezembro.

O Mutirão Fiscal permite a negociação de débitos como ISSQN, multas de trânsito, IPTU, entre outros, com descontos de até 95% em juros e multas e a possibilidade de parcelamento em até 48 vezes. Para facilitar o processo, os contribuintes também podem realizar os acordos de forma totalmente virtual, inclusive via WhatsApp.

A iniciativa é conduzida pela PGM em parceria com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Mais informações e acesso ao sistema estão disponíveis no portal: <https://refis.cuiaba.mt.gov.br/portal/Refis/Home.aspx>.

PERÍODO DE TRANSIÇÃO

“Reforma tributária tem que proteger estados”

Da redação

O secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso, Rogério Gallo, afirmou que o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamenta a Reforma Tributária no país, tem que proteger os estados e municípios durante o período de transição.

Representando também o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda, Gallo participou do debate sobre o projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, em Brasília (DF).

“A ideia guia da reforma é proteger a segurança jurídica, proteger os estados e municípios no caso da transição federativa e proteger os contribuintes, em especial aqueles que têm o benefício fiscal assegurado até 2032, benefícios por prazo certo e

sob condição onerosa”, ressaltou.

Gallo apontou que a necessidade de garantir a segurança jurídica é para evitar disputas judiciais que possam comprometer a neutralidade da reforma e lembrou que a transição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ocorrerá com redução de 10% ao ano, nos benefícios fiscais do ICMS concedido à empresas, até 2032, quando o IBS substituirá totalmente o ICMS. A transição entre tributos começa em 2019.

De acordo com secretário, as empresas afetadas precisam ser ressarcidas por meio do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF) a fim de garantir a continuidade dos investimentos e a competitividade das indústrias.

“A aplicação desse fundo é bastante restrita em relação aos benefícios fiscais do ICMS, que precisam atender a dois requisitos cumulativos: serem concedidos para atividades agropecuárias e industriais, inclusive agroindustriais, que são os grandes beneficiários desses tributos, e terem prazo certo e condição onerosa”, explicou.

Gallo também reforçou que a regulamentação deve permitir uma transição justa e equilibrada para o novo modelo tributário. “O primeiro intérprete da norma deve ser o legislador”, concluiu.

O QUE É O PLP Nº 68/2024?

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 68 é uma peça-chave da Reforma Tributária que está sendo discutida no Brasil. Ele trata principalmente do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF), criado para aju-



Gilberto Leite

Gallo reforça que a regulamentação deve permitir uma transição justa e equilibrada para o novo modelo tributário

dar estados e empresas a se adaptarem às mudanças nos impostos que o país pretende implementar até 2032.

Hoje, muitos estados oferecem benefícios fiscais para atrair em-

presas, como descontos no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Isso ajuda a criar empregos e manter a competitividade econômica. Mas, com a reforma, esses

benefícios serão reduzidos e, eventualmente, extintos. O PLP 68 busca garantir que essa transição seja feita de forma justa, sem prejudicar estados, empresas ou a economia local.

MERCADO AQUECIDO

Pesquisa aponta que 6 em cada 10 empresários pretende contratar neste final de ano, projetando aumento nas vendas durante as festas

Comércio está otimista com o Natal

Gabriel Soares

Empresários de Cuiabá estão otimistas para o final de ano, projetando um aquecimento nas vendas com a chegada do Natal, a principal data comemorativa do comércio. Esse otimismo se reflete no crescimento de 2,69% no Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), que atingiu 112,8 pontos em novembro, conforme levantamento mensal da Fecomércio-MT.

Com o crescimento observado nos últimos meses, o índice atual se aproxima do registrado no mesmo período de 2023, ficando apenas 0,3% menor, quando marcava 113,1 pontos. O presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, destaca o impacto positivo do avanço no índice para o comércio.

“Embora ainda esteja abaixo do índice registrado em novembro do ano passado, os consecutivos aumentos observados nos últimos meses têm indicado uma melhora nas perspectivas atuais e futuras do comércio na capital e, por consequência, no estado”, avaliou.

Os componentes que mais contribuíram para a melhora do Icec em novembro foram: Condições Atuais da Eco-



Entre os empresários entrevistados, 61,9% disseram que pretendem aumentar o quadro de funcionários

nomia (+4,5%); Indicador de Contratação de Funcionários (+4,5%); e Situação Atual dos Estoques (+2,8%). Apesar disso, o componente que avalia a Expectativa das Empresas Comerciais apresentou leve oscilação negativa de 0,3%.

Entre os empresários entrevistados, 59% afirmaram que a situação atual da empresa está melhor, enquanto 83,2% disseram esperar melhorias no futuro. Já na Expectativa de Contratações, 61,9% disseram

que pretendem aumentar o quadro de funcionários, um sinal de que o mercado de trabalho pode ganhar fôlego neste fim de ano.

Wenceslau Júnior ressaltou que a chegada do Natal sempre faz os empresários do comércio ficarem mais otimistas, devido ao aumento no fluxo de vendas durante o período.

“Apresentando redução em apenas um dos nove componentes da pesquisa, historicamente é esperado uma

melhora nas perspectivas para o setor comercial no final de ano. Não somente na capital, mas todo o estado pode se beneficiar, visto que a data mais importante para o comércio está logo aí. O Natal sempre ajuda a impulsionar as vendas”, pontuou.

No cenário nacional, o Icec registrou crescimento de 1,15% em novembro, atingindo 113,5 pontos, ultrapassando o índice do mesmo período de 2023, que marcava 110,3 pontos.

Em Cuiabá, 77,4% dos empresários entrevistados preveem uma melhora no comércio, especialmente impulsionada pelas vendas natalinas e pelo aumento do consumo.

INTENÇÃO DE CONSUMO EM ALTA - O otimismo do comércio em Cuiabá está alinhado ao aumento da Intenção de Consumo das Famílias (ICF), que alcançou 118,3 pontos em novembro, marcando o sexto crescimento consecutivo no índice.

Conforme pesquisa divulgada recentemente pelo IPF-MT, o índice é o maior registrado desde 2015 e reflete o aquecimento do mercado na capital mato-grossense.

Com perspectivas positivas tanto do lado do empresário quanto do consumidor, o comércio de Cuiabá se prepara para encerrar 2024 com um saldo positivo nas vendas, indicando um cenário de confiança para o início do próximo ano.

Fonte do
Pajadar
Restaurante

O MELHOR DA
COMIDA CASEIRA!

PEÇA AGORA!

65 97400-7660

ou pelo app: **ifood**

Av. XV de Novembro, 211
Centro Sul, Cuiabá - MT,
78020-301

